

**QUANDO PRESENTE E PASSADO SE ENTRECruzAM:
DITADURA, MEMÓRIAS E A TRAJETÓRIA DE DINAELZA
COQUEIRO**

CUANDO PRESENTE Y PASADO SE CRUZAN: DICTADURA,
MEMORIAS Y TRAYECTORIA DE DINAELZA COQUEIRO

WHEN PRESENT AND PAST INTERSECT: DICTATORSHIP, MEMORIES
AND THE TRAJECTORY OF DINAELZA COQUEIRO

DOI: 10.22481/rbba.v13i01.14811

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso, Brasil
Id LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8622266981151373>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7918-1892>
Endereço eletrônico: ary.junior@ufmt.br

Gilneide de Oliveira Padre Lima
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Bahia, Brasil
Id: LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7771310491077994>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3329-6211>
Endereço eletrônico: gilneide.padre@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo destacar a trajetória da militante baiana, Dinaelza Coqueiro. Nascida em 1949 na cidade de Vitória da Conquista, Diná como era carinhosamente conhecida foi crescendo em meio as mudanças políticas no Brasil, culminando sua entrada no movimento estudantil, durante o golpe civil-militar de 1964. Dessa forma, buscaremos sublinhar os impactos da ditadura militar em sua vida e no Estado da Bahia, bem como abordaremos questões relacionadas à justiça de transição, memória e a importância de seu corpo, ainda insepulto, para os seus familiares – as quais entrecruzam presente e passado. Assim como outras militantes do

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 13	Num.1	Jun/2024	p.21-38
----------------	--	---------	-------	----------	---------

período, Dinaelza é mais uma das mulheres que lutaram contra a repressão, algo que compreendemos ser necessário um olhar acerca do protagonismo feminino tanto na Bahia, quanto em outros espaços do país. Nesse sentido, nosso foco não é pensar a ditadura militar de forma isolada, mas, como muitas de suas ações como a saída de Salvador, estiveram ligadas à crescente perseguição e a toda estrutura repressiva atuante no Estado da Bahia.

Palavras-chave: Ditadura. Bahia. Dinaelza. Trajetória.

RESUMEN

Este artículo pretende destacar la trayectoria de la activista bahiana Dinaelza Coqueiro. Nacida en 1949 en la ciudad de Vitória da Conquista, Diná, como era conocida cariñosamente, creció en medio de los cambios políticos de Brasil, que culminaron con su entrada en el movimiento estudiantil durante el golpe cívico-militar de 1964. De este modo, intentaremos destacar el impacto de la dictadura militar en su vida y en el Estado de Bahía, así como abordar cuestiones relacionadas con la justicia transicional, la memoria y la importancia de su cuerpo, aún insepulto, para sus familiares, que entrelazan presente y pasado. Al igual que otras activistas de la época, Dinaelza es otra de las mujeres que lucharon contra la represión, algo que entendemos requiere una mirada al protagonismo femenino tanto en Bahía como en otras partes del país. En este sentido, nuestro enfoque no es pensar en la dictadura militar de forma aislada, sino en cómo muchas de sus acciones, como la salida de Salvador, estaban vinculadas a la creciente persecución y estructura represiva que operaba en el Estado de Bahía.

Palabras clave: Dictadura. Bahía. Dinaelza. Trayectoria.

ABSTRACT

This article aims to highlight the career of Bahian activist Dinaelza Coqueiro. Born in 1949 in the city of Vitória da Conquista, Diná, as she was affectionately known, grew up in the midst of political changes in Brazil, culminating in her entry into the student movement during the civil-military coup of 1964. In this way, we will try to highlight the impacts of the military dictatorship on her life and on the state of Bahia, as well as addressing issues related to transitional justice, memory and the importance of her body, still unburied, for her relatives - which intersect present and past. Like other activists from the period, Dinaelza is another of the women who fought against

repression, something that we understand requires a look at female protagonism both in Bahia and in other parts of the country. In this sense, our focus is not to think of the military dictatorship in isolation, but rather how many of their actions, such as leaving Salvador, were linked to the growing persecution and repressive structure operating in the state of Bahia.

Keywords: Dictatorship. Bahia. Dinaelza. Trajectory.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, presenciamos uma escalada perigosa e negacionista em relação à ciência e ao passado. Assim, temas como o da Ditadura Militar passaram a ser relativizados e até negados e relativizados por parcelas da sociedade, inclusive, por pessoas que ocupam ou ocuparam cargos de destaque no governo, tais como ex-chefe do executivo. Dessa forma, entendemos que a escrita do presente texto busca reafirmar o compromisso da história contra o esquecimento, e principalmente destacar como o período ditatorial iniciado em 1964 deixou marcas profundas e alterou a vida de muitas pessoas, como o caso de Dinaelza Coqueiro.

A partir das lentes de dois pesquisadores que desenvolveram os seus trabalhos de doutoramento tendo a vida da militante baiana, Dinaelza Santana Coqueiro, como mesmo objeto de pesquisa, buscaremos abordar sua trajetória, procurando sublinhar o impacto da ditadura no estado da Bahia, e a importância do corpo, ainda insepulto, para os seus familiares.

Metodologicamente, o presente trabalho insere-se no novo campo de estudos da Memória Social, que se ocupa dos estudos voltados para os direitos humanos e as memórias da violência política e da repressão, procurando dar voz a uma parcela das vítimas do Estado brasileiro: os familiares de desaparecidos políticos, particularmente, os familiares de Dinaelza Coqueiro. Na nossa pesquisa, vislumbramos a memória enquanto fonte histórica e enquanto objeto de estudo (OCHOA, 2005). É fonte, porque recorremos a fontes escritas e orais para reconstruir a trajetória de vida de Dinaelza Coqueiro e da busca pelos seus despojos empreendida pelos seus familiares. Mas também é objeto, visto que a sua trajetória é inseparável da memória dos outros, pois, como aponta Halbwachs (2006, p. 30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós”. Embora Dinaelza e os demais desaparecidos não estejam “materialmente

presentes, se pode falar em memória coletiva”, conforme Halbwachs (2006, p. 41); considerando que o seu grupo familiar e companheiros atuam eminentemente em prol do direito de reconstrução da sua memória. Nessa perspectiva, adotamos um caminho metodológico que focaliza a relação dialética entre todo e parte em sua abrangência particular e sociopolítica, histórica.

Ainda consideramos importante destacar o avanço nas discussões de gênero e da história das mulheres, algo que vem permitindo novos estudos e a luta contra o esquecimento histórico. No caso específico do período ditatorial, como apresenta Rago (2013), até início dos anos 90 do século XX as biografias eram majoritariamente masculinas, porém na segunda metade daquela década passam a surgir trabalhos biográficos e produções acadêmicas que passam a reafirmar a importância das mulheres na luta contra a ditadura militar e pela retomada democrática. Sendo assim, entendemos que este trabalho tem como um dos objetivos, contribuir para que mulheres como Dinaelza Coqueiro seja sempre lembrada por sua militância e inspire outros estudos que partam do mesmo princípio.

No caso da Bahia, já há importantes produções que abordam trajetórias ou que dialogam sobre as mulheres baianas, apontamos as teses de Clarice Pinheiro (2017), intitulada: “Estar com ele, estar com ela: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito, Salvador anos de 1970”, a de Gilneide Lima (2019) sob o título: “Do Corpo Insepulto à Luta por Memória, Verdade e Justiça: Um estudo do caso Dinaelza Coqueiro” e por fim, a de Ary Cavalcanti Jr (2020) “As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar”. Em comum, as produções destacam a participação feminina, ainda que em diferentes perspectivas, pois, enquanto Pinheiro (2017) trabalha a luta de mulheres companheiras de militantes políticas em cárcere, Lima (2019) tem como foco a trajetória da militante baiana Dinaelza Coqueiro, buscando refletir aspectos como memórias familiares e a justiça de transição no Brasil. Já Cavalcanti Junior (2020) parte das trajetórias de Dinaelza Coqueiro e Dinalva Oliveira e a participação de ambas na Guerrilha do Araguaia.

Ainda em relação à temática apontamos as dissertações de Silvana Souza (2011) “Mulher e Política: Amália Almeida, uma feminista baiana nos redutos de poder (1929-1990)”, de Ary Cavalcanti Junior (2016) “Para não dizer que não falei das flores”: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985)”, de Fernanda Flores (2017) “Na Mira da Repressão: Militância política e escrita jornalística em Ana Montenegro (1947-1983)”, de Daniela Silva (2021) “Mulheres nas lutas de resistência à ditadura empresarial – militar na

Bahia: dos estudos acadêmicos à produção de materiais didáticos” e de Allana Santos (2021) “Ditaduras em perspectivas: casos de militância das mulheres em Salvador (Brasil), Coimbra, Lisboa e Porto (Portugal) (1964-1975)”. Todas elas, com seus respectivos objetivos, metodologias, abordagens e fontes trazem consigo o foco na presença e no protagonismo feminino frente a ditadura militar no estado da Bahia.

Obviamente que os trabalhos aqui apresentados não esgotam a apresentação dos estudos sobre a Bahia em tempos de repressão, tendo em vista a produção continua nos diferentes programas de pós-graduação do estado e de outras localidades que abordam o estado durante o período. Mas, de fato ainda temos muito a caminhar nas pesquisas sobre a participação de mulheres baianas, tendo em vista a produção sobre outras temáticas. Por outro lado, hoje compreendemos que as pesquisas que sobre a Bahia contribuem de forma significativa no combate às visões que diminuem os impactos repressivos no estado, e principalmente denotam o quanto o povo baiano sofreu diferentes formas de cerceamento ao longo de mais de duas décadas.

A partir desse mosaico de trabalhos e perspectivas é possível notabilizar como a vida e as ações de militância de Dinaelza, já em tempos de Ditadura Militar, foi impactada. Tendo muitas de suas ações como a saída de Salvador, ligadas à crescente perseguição e a toda estrutura repressiva atuante no estado da Bahia, algo que apresentaremos ao longo do texto.

Em termos de organização, o presente artigo está disposto em dois momentos, no primeiro, intitulado “Dinaelza Coqueiro: entre militância e repressão na Bahia”, destacaremos a inserção de Dinaelza na militância política, bem como suas ações em voga da repressão na Bahia e sua ida ao Araguaia. No segundo momento, intitulado: “Em busca de um corpo insepulto”, discutiremos brevemente, a luta de seus familiares pelo seu paradeiro e o direito ao corpo, que segue insepulto. Tal abordagem se deve ao fato de que pouco se fala ou se conhece sobre a temática, na sociedade brasileira, algo muitas vezes restrito a públicos afins e setores da sociedade engajados na luta política, o que ao nosso ver, precisa ser mais bem explorado.

DINAELZA COQUEIRO: MILITÂNCIA E REPRESSÃO NA BAHIA

No âmbito da inserção de Dinaelza na militância política, compreendemos ser fundamental tecer algumas elucidacões acerca da Ditadura Militar no estado da Bahia. Pois, entendemos que refletir sobre seu lugar na historiografia dita nacional, contribui para rechaçar qualquer ideia que no referido espaço a repressão teria sido mais branda. Como consequência,

diversas/os militantes teriam saído de estados como Rio de Janeiro e São Paulo em busca de refúgio. Contudo, estudos como o de Sandra Souza (2013) destacam que a Bahia foi fortemente impactada pela ditadura, tendo inclusive os mesmos aportes repressivos de outros locais. Tal constatação ficou comprovada no relatório, com mais de trezentas e vinte páginas, realizado pela Comissão Estadual da Verdade – Bahia (CNV-BA)ⁱ, em 2014, que identificou 11 centros de repressão (locais de prisões políticas) e 13 centros de resistência em Salvador e interiorⁱⁱ.

Ainda em relação ao documento mencionado, nele consta o número de trinta pessoas que até hoje seguem desaparecidas, algo que evidencia como o estado atravessou um dos períodos mais tenebrosos de nossa história recente. Soma-se a isso o impacto nas trajetórias de muitas pessoas, como Dinaelza Coqueiro, que desde sua entrada na militância estudantil passou a sentir as agruras do Estado repressivo.

Quanto ao movimento estudantil (ME), verificamos que o estado da Bahia, tanto capital, quanto interior, foi palco de resistência de estudantes, algo que conforme assinalado por Brito (2008) envolveu tanto secundaristas quanto universitários e tiveram forte atuação nos anos iniciais da ditadura. Tendo em vista que logo após o golpe (1964), os opositores do regime sofreram perseguições radicais, dentre eles o ME, onde suas entidades representativas foram desestruturadas e muitos ativistas destituídos.

No entanto, os estudantes foram buscando outras formas de organização. O ano 1968, por exemplo, foi marcado por intensas manifestações estudantis, em Salvador. Manifestações que foram se tornando cada vez mais radicais. A repressão, por sua vez, foi adotando reações cada mais violentas. Segundo Benevides (2006, p.91), “o regime também havia se radicalizado a ponto de não mais respeitar leis ou qualquer instituição”.

Com isso, a tensão entre estudantes e as forças de repressão, em todo o país, se intensificaram a tal ponto que, defensores de um regime mais severo, oficiais da chamada “linha-dura”, passaram a pressionar o então presidente Costa e Silva por uma atitude mais enérgica para conter o que para eles era uma “desordem” (FICO, 2017). Assim, em 13/12/1968, Costa e Silva promulga o Ato Institucional de n. 5 (AI-5)ⁱⁱⁱ.

A partir de então, a ditadura endureceu ainda mais, onde “o aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo” (ALVES, 1987, p. 135). Esse período foi caracterizado pela extrema violência das forças de segurança. Para Benevides (2006, p. 94), a promulgação do AI-5 marcou o início de uma nova fase para o movimento estudantil, denominada por ele de “recuo

estratégico”. Diante desse contexto, o movimento estudantil sofreu refluxo. Muitos estudantes foram presos, outros aderiram aos movimentos de luta armada e passaram a viver na clandestinidade.

É nesse contexto de esvaziamento das lideranças estudantis e dos agitos trazidos pelos movimentos estudantis de 1968 que Dinaelza ingressou na Universidade Católica do Salvador (UCSAL) para fazer o curso de Geografia. Natural do município Vitória da Conquista, Dinaelza Soares Santana^{iv} nasceu em 22 de março de 1949, numa fazenda nas imediações do distrito de São Sebastião, onde viveu até os oito anos de idade. Filha de Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana, é a terceira filha dos seis irmãos. Ainda criança, Diná, como era carinhosamente conhecida, migrou com a sua família para a cidade de Jequié, no Estado da Bahia. Tendo estudado as primeiras séries, do então denominado curso primário, no Grupo Escolar Castro Alves. Posteriormente, junto às suas irmãs Dilma e Dinorá fizeram o curso de magistério, na época denominado pedagógico, no Instituto de Educação Régis Pacheco que, assim como o Grupo Escolar Castro Alves, também é escola pública estadual. Em Jequié, viveram os primeiros anos da ditadura militar que se instaurou no país, sem se darem conta do que aquilo, de fato, significava e significaria para suas vidas (MIRANDA, 2016).

Enquanto faziam o curso pedagógico, Dinaelza e sua irmã Dilma, começaram a fazer parte do Clube de Literatura, um grupo formado por colegas de escola, que sob pretexto de se prepararem para o vestibular, estudavam literatura e história e, aos poucos, foram incorporando aos estudos temas com abordagem política. Liam publicações que, na época, eram proibidas pela censura, como, por exemplo, o jornal *A Classe Operária*, *O Capital*, de Marx, e obras de *Mao Tse Tung*. Os encontros eram clandestinos e cercados de cuidados para não serem descobertos. Nesse período, elas começam a ter uma certa atuação política, ainda que não tivessem total ciência desse fato conforme assegura Miranda (2016). Com isso, compreendemos que apesar de ter tido um grau de compreensão e maior engajamento, o que a levou a militância política, suas vivências ainda na escola, foram fundamentais para seu processo de formação.

Nessa conjuntura, em Jequié, as irmãs vivem os primeiros anos da ditadura militar e passaram a sentir suas medidas. Cabe ressaltar que tanto após com o golpe (1964) quanto aos primeiros anos de Ditadura, o interior da Bahia, assim como a capital, sofreu impactos em sua conjuntura local. Como aponta Ferreira (2004), após o golpe, chefes do executivo municipal foram destituídos e neutralizados, a exemplo de Euclides Neto, da cidade de Ipiaú. Outro

exemplo foi o ocorrido em Vitória da Conquista, quando o então prefeito José Fernandes Pedral Sampaio chegou a ser preso e ficar incomunicável (DIAS, 2001).

Já em 1968, Diná, como era carinhosamente chamada pela família, se formou professora e se mudou para Salvador, onde ingressou no curso de Geografia, da Universidade Católica do Salvador. Concomitantemente, trabalhava na Sadia Transportes Aéreos^v, para ajudar no custeio dos seus estudos. Ali, sua ação política seguiu, pois, assim que chegou inseriu-se no trabalho político-estudantil da universidade, assumindo a direção do Diretório Acadêmico (DA) de Geografia, junto com Emília Teixeira. Elas também se empenharam no movimento em prol da criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UCSAL, onde assumiram a liderança, em substituição aos líderes estudantes que foram empurrados para a clandestinidade por força do AI-5, atendendo à orientação do partido de participar das atividades legais nas quais podiam fazer política com discrição (SANTOS, 2004).

Foi durante as ações junto ao DCE que Dinaelza começou a se relacionar com o estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Vandick Reidner Pereira Coqueiro. Realizando uma rotina de trabalho, estudo e atividades clandestinas, Dinaelza e Vandick ficam noivos em 11 de outubro de 1969 e se casam em 25 de abril de 1970 (PADRE, 2020). Depois de casados, o envolvimento do casal com a militância partidária se fortaleceu, o que levou os dois a assumirem posição de destaque no partido, conforme revela Santos (2001). Porém, com a vigência do AI-5, o cerco repressivo se intensificou, tendo cartazes de procurados pela polícia estampando a sua fotografia e a de outros colegas. Nessas circunstâncias, Diná precisou sair do emprego, abandonar o curso na universidade e juntamente com Vandick saíram de Salvador entre o final de março e início de abril de 1971 adentram uma “tarefa especial” em prol da revolução. Não sabiam ao certo como seria essa tarefa nem para onde iriam. Antes, porém, viveram dias de clandestinidade na cidade do Salvador até que as providências para o deslocamento fossem tomadas (SANTOS, 2004).

Sobre a clandestinidade, ainda que sua “opção” durante a ditadura tenha tido distintas motivações, como aponta Ferreira (1996), em comum às pessoas estavam dois aspectos. Inicialmente à sua sobrevivência, uma vez que as práticas de tortura e das denúncias eram uma realidade muito próxima. Além disso, a proteção a seus familiares, nem que para isso precisassem morrer civilmente, pois, ao entrar numa vida clandestina desaparecia de uma vida “legal”.

Com a saída de Salvador e a entrada na Guerrilha do Araguaia, Dinaelza se tornou a guerrilheira Mariadina e Vandick passou a ser chamado João Goiano. Localizando-se no destacamento B, próximo ao Rio Gameleira, região do Povoado de Santa Cruz, no Pará, se juntando às guerrilheiras Chica, Tuca, Lena e Walk, e dos guerrilheiros Geraldo, Osvaldão etc. Os quais estavam divididos em três casas de madeira com cobertura de folhas de babaçu (MORAIS; SILVA, 2005). Segundo aponta Leonêncio Nossa,

A guerrilheira do B, descrita num relatório de Curió^{vi} como “sanguinária” e “valente”, ganhou pouco espaço na história que seria contada por comunistas, jornalistas e militares. O nome dela ficou escondido. Seus feitos foram creditados a Dinalva, do C. Os relatórios que citam o mito levam em conta São domingos e Brejo Grande, onde Dinaelza atuou. A soma das ousadias das duas estendeu o mito de Marabá a Xambioá, do centro da mata à boca dos Igarapés (NOSSA, 2012, p.209).

A partir do que destaca Nossa (2012) e necessário elucidar que ao todo, do efetivo de sessenta e nove militantes, dezesseis eram mulheres. No destacamento A estavam Criméia Schimmdt, Helenira Resende, Lúcia Maria, Jana Moroni e Maria Célia. No B, além de Dinaelza, estavam Suely Yumiko, Luiza Garlippe, Regilena da Silva Carvalho e Walkíria Afonso^{vii}. Por fim, no C estavam Áurea Valadão, Dinalva Oliveira, Luzia Reis, Maria Lucia Petit e Telma Regina (MORAIS e SILVA, 2005). Dentre elas, três eram baianas: Dinaelza Coqueiro, Dinalva Oliveira e Luzia Reis.

Em relação à semelhança nos nomes de Dinaelza e Dinalva, ambas ficam conhecidas por Dinás, a diferença básica é que Dinaelza era Diná. Em sua tese de doutorado, Cavalcanti Junior (2020) aponta para questões relacionadas as baianas e a certa “confusão” quanto aos nomes, o que segundo o autor são elementos importantes para compreender como ambas tiveram representações diferentes na região. Para tanto, optamos por trabalhar com Dinaelza, a qual como já destacado é parte das pesquisas de ambos os pesquisadores^{viii}.

Passado o período de estruturação e de preparo da guerrilha, com sua descoberta pelo Estado, em 1972, aos poucos as tropas passaram a chegar à região. Dessa forma, entre abril e agosto de 1972, já operavam entre Marabá e Xambioá mais de 1.500 soldados (GASPARI, 2014). Mas, foi durante o período de estruturação que Mariadina e João Goiano, além de se adequarem à vida no campo, passaram a desenvolver o trabalho junto as massas, algo que não se restringia apenas a ajudar famílias camponesas, mas promover reflexões politizadas (MORAIS; SILVA, 2005).

Com a intensificação das perseguições, em abril de 1974, Diná foi supostamente presa pela repressão, tendo desaparecido e nunca mais sendo encontrada. Acerca de sua prisão, existem diferentes versões, dentre elas a de que, após dias na mata, com fome, Mariadina teria entrado na casa de um casal de camponeses, que a teriam capturado e entregado a repressão (MORAIS; SILVA, 2005). De toda forma, ainda que não tenhamos uma versão oficial dos passos finais de Mariadina, sua morte e o desaparecimento de seu corpo são uma realidade que prevalece não apenas para seus familiares e amigos, como também para a história nacional (PADRE, 2020).

EM BUSCA DE UM CORPO INSEPULTO

O estudo do desaparecimento político de Dinaelza Coqueiro insere-se em outros estudos que tratam dos desaparecidos políticos no Brasil. Contudo, ao tratar especificamente desse caso, verificamos que há uma memória familiar e política determinante para o processo de busca do seu corpo empreendido por seus familiares. Compreendemos que falar de seu desaparecimento é falar da memória política brasileira, especificamente do período em que a nação esteve sob o regime militar. Mas também é falar do momento presente, das políticas de memória em andamento no país, das lutas dos coletivos organizados em prol dessa política. E sobretudo, é falar da sua memória familiar, pertencente ao campo afetivo e relacional, da lacuna trazida pela sua ausência, pelo seu corpo insepulto e, constatar como essa memória traveste-se de reivindicação por verdade, memória e justiça.

Mesmo tendo retornado ao estado democrático de direito, desde 1985, pontos obscuros relacionados aos longos 21 anos de ditadura militar, permanecem presentes na história do Brasil. Talvez o mais importante deles esteja relacionado ao destino dos mortos e desaparecidos naquele período, especialmente os desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Ainda durante o regime militar, as famílias já empreendiam a busca dos seus. Essa busca chega aos dias atuais sem respostas concretas.

Hoje se sabe que todas/os as/os guerrilheiras/os combatentes da terceira campanha, na guerrilha do Araguaia, estão mortos. Essa assertiva é fruto das buscas e expedições realizadas na região por familiares, órgãos governamentais, pesquisadores e instituições ligadas aos Direitos Humanos. Os corpos das/os desaparecidas/os, no entanto, permanecem insepultos. Os familiares continuam em busca dos despojos dos seus, a fim de lhes dar sepultamento digno de

acordo com o credo religioso de cada família. Essa busca, que se arrasta por mais de cinquenta anos, é permeada de dor e sofrimento, dor angustiante da dúvida, da ausência e do sofrimento da espera que se perpetua.

Os familiares dos desaparecidos políticos, ainda nos dias atuais, são submetidos à tortura, uma tortura interminável, até que um ponto final seja colocado nessa história. Esse ponto seria o sepultamento dos seus filhos e filhas. O *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM, 1986, p. 260) assegura: “uma prática de tortura muito mais cruel do que o mais criativo dos engenhos humanos”. Os processos judiciais examinados pelo *Projeto Brasil Nunca Mais* relativos aos desaparecidos concluem que há dificuldade em se encontrar informações que levem ao paradeiro dos desaparecidos políticos. Se, nos casos em que existiram inquéritos, é difícil encontrar pistas sobre o paradeiro dos desaparecidos, no caso da Guerrilha do Araguaia, em que não houve inquéritos, e, mais ainda, houve ação determinada do Estado para apagar qualquer vestígio daquele confronto, a situação fica bem mais difícil (BRASIL, CNV, 2014).

É possível que corpos tenham sido deixados insepultos na mata ou que tenham sido removidos de um lugar de inumação para outro com maior dificuldade de ser encontrado, ou podem ter sido lançados na água (rios e mares). Os familiares dos combatentes do Araguaia não poupam esforços no intuito de encontrar os corpos insepultos dos seus. As incertezas inquietam-nos a cada instante. A CNV adverte ainda que “embora os relatos e alguns documentos confirmem as mortes, a ausência dos locais precisos de sepultamento permite que diversas hipóteses sejam levantadas para responder aos questionamentos sobre o destino dos guerrilheiros” (BRASIL, CNV, 2014, p.711). O destino indeterminado faz com que impere a dúvida, companheira inseparável daqueles que enfrentam diuturnamente as adversidades da busca dos paradeiros dos entes queridos.

A falta do corpo, dificulta a elaboração do trabalho de luto. Ricoeur (2007), dialogando com Freud, nos dirá que o luto, embora doloroso, é um fenômeno normal. E, para o autor, a normalidade do trabalho de luto está no fato de que “quando o trabalho de luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido”. Assim, para ele, o trabalho de luto aproxima-se do trabalho da lembrança. Para Ricoeur (2007, p.86), “é enquanto trabalho da lembrança que o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador”. Daí uma pergunta instiga-nos: no caso dos familiares dos desaparecidos políticos, seria possível a libertação do ego?

Apesar da dificuldade, segundo Fustinoni (2016, p.17), é possível a elaboração do luto naquelas situações em que “o familiar consegue substituir esse corpo real morto por um ideal e, com isso, internalizar simbolicamente sua perda”; como nos casos em que os familiares atuam em coletividades em busca dos parentes desaparecidos, incorporando-se numa luta que vai do âmbito familiar ao social: começa com a luta em busca do paradeiro do ente “desaparecido” e alcança as esferas públicas na luta por Memória, Verdade e Justiça. Deixa de ser reivindicação por um desaparecido e passa a compor a demanda em prol dos direitos humanos de modo geral.

Poderíamos dizer que os corpos insepultos dos seus os colocam na luta, na cena política. Isso porque, no caso dos desaparecidos, não são os rituais mortuários que ocupam posição de destaque, mas aqueles rituais que pretendem dar conta de uma permanente ausência injustificada, nas palavras de Catela:

Em lugar de marcar e facilitar a passagem do mundo dos ‘vivos’ para o mundo dos ‘mortos’, os rituais postos em cena para dar conta do desaparecimento de um indivíduo transformam a ausência do *corpo* em um capital de força política e cultural, que se expressa sob a chave da denúncia (CATELA, 2001, p.203).

O desaparecimento dos corpos converte-se em uma não-morte e traz à baila a figura do desaparecido, o ausente, enquanto presença permanente na sociedade; em torno dele, gravita a luta dos familiares, portadores de sofrimentos comuns. Podemos dizer que, no caso de Dinaelza Coqueiro, o não-luto desencadeou nos seus familiares, especialmente na irmã mais velha, Diva Santana, um capital de militância política materializado na luta empreendida por mais de cinquenta anos. A sua luta não mais apenas se restringe à busca do corpo insepulto da irmã Dinaelza, mas alcança todos os brasileiros mortos e desaparecidos políticos no período ditatorial, converte-se na luta de uma cidadã em prol da memória, verdade e justiça. Em depoimento dado à Lilian Campelo, Diva Santana assegura:

A minha luta se deve, enquanto cidadã, ao reconhecimento, resgate e à verdade de todos que tombaram por liberdade e por democracia nesse país [...]. Eu acho que é um dever de cidadania, um dever do brasileiro de dizer o que fizeram com eles. Mataram? Executaram? Enterraram onde? Nós temos o direito de ter as ossadas, isso tem uma ligação cultural de você saber onde chorar seus mortos, onde reverenciar seus mortos (CAMPELO, 2016, s.p.).^{ix}

Verificamos que as questões relacionadas aos desaparecidos políticos e seus familiares, além dos aspectos políticos, também remetem a aspectos subjetivos relacionados à memória social e familiar. Todo esse conjunto de fatores faz com que familiares dos mortos e desaparecidos políticos continuem a sua luta por Memória, Verdade e Justiça, mas, sobretudo,

pela localização dos despojos dos seus entes queridos. Isso porque “os restos humanos constituem um documento fundamental para reconstruir a história de vida dos indivíduos” (MAZZ, 2008, p.171).

Para Mazz (2008), a localização dos restos humanos, além da possibilidade de estabelecer a identidade do corpo, também possibilita o reconhecimento das condições de morte do indivíduo. Esses estudos, sem dúvida, poderão contribuir para a elucidação dos fatos e promover o conhecimento da verdade. Para o autor, o estudo arqueológico dos despojos pode estabelecer uma tipologia da morte, que se constitui aspecto fundamental para a compreensão das tecnologias usadas pelo aparato repressivo.

Apenas por ser documento, a busca dos familiares pelo corpo já se justificaria. Essa busca, porém, guarda muitos elementos: é a busca pela ritualização do morto, pela elaboração do luto, mas, sobretudo, a busca dos restos mortais dos desaparecidos políticos representa a continuidade da luta pelos ideais dos que se foram. Desse modo, o corpo insepulto é síntese de uma luta que se estende pelo passado, mediante as ações empreendidas pelos militantes desaparecidos; pelo presente, por meio da luta dos familiares e seus coletivos, e também pelo futuro, quando os resultados positivos das batalhas deverão ser impressos na história da nação.

O Brasil retornou ao Estado Democrático de direito desde 1985, há mais de quarenta anos. Ainda assim, permanecem incertezas sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos, especialmente os desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, onde tombou Dinaelza Coqueiro. Ainda durante o regime ditatorial, as famílias empreendiam a frenética busca aos seus parentes, a qual, até o presente momento, permanece sem resultados concretos.

Nesse núcleo familiar, pudemos perceber a forte relação entre as trajetórias de vida das irmãs Dinaelza e Diva; uma que estaria no passado e a outra, no presente, uma que estaria morta e a outra, viva. Essas dicotomias, todavia, não se estabelecem nessa relação, visto que uma dá continuidade à vida da outra, a traz para o presente, coloca-a em evidência, por meio da sua militância, que também faz de Dinaelza uma militante no momento presente. Se, materialmente, poderíamos dizer que Diná está morta, as suas ideias não estão, elas permanecem vivas. A luta pela recuperação da memória de Dinaelza, por sua vez, trouxe novos rumos para a vida de Diva Santana; a partir do desaparecimento da irmã, Diva passou a se dedicar integralmente a essa causa.

Diva Santana começou a busca pela irmã desaparecida ainda durante a ditadura. Com essa finalidade, envolveu-se nos coletivos dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Paulatinamente, a luta que se restringia à busca pela irmã desaparecida foi ganhando novos contornos, novas pautas foram sendo assumidas. Atualmente, sua luta de é pela localização dos despojos de Dinaelza, pelo seu sepultamento, mas também por causas bem mais amplas, relacionadas aos direitos humanos de modo geral. A militância de Diva Santana, juntamente à dos demais familiares dos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, mostra, ainda nos dias atuais, que a guerra não acabou. Ela continua a existir enquanto guerra de palavras, de argumentos e de memória, como a luta por memória, verdade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo nos permite constatar a importância do estado da Bahia como palco de movimentos de luta e resistência política. Ao mesmo tempo em que a repressão crescente fez com que muitas pessoas tivessem suas trajetórias modificadas em detrimento das perseguições e de suas militâncias. Assim, tanto o interior, quanto a capital, se tornou espaços perigosos para quaisquer atos de oposição à Ditadura Militar, algo que por exemplo fez com que Dinaelza iniciasse sua militância e posteriormente fosse forçada a sair da Bahia.

Ao longo de sua trajetória, Diná experienciou diferentes momentos da história do país, algo que perpassou sua infância e adolescência nos anos 50 até a vida de uma jovem adulta nos anos 60, já mergulhada em uma ditadura militar. Compreendemos que o caso de Dinaelza se aproxima ao de muitas outras/os militantes políticos, que acreditavam em um projeto de sociedade e revolucionário, mas, que sentiram em seus corpos o peso de um Estado repressivo. Assim, ainda que tivessem noção do tamanho do inimigo, ela e tantas outras pessoas optaram por seguir firmemente seus preceitos, algo que merece nossa atenção. Não no sentido de criar heroínas ou heróis, mas de afirmar o tamanho da luta que adentraram, e como esse passado ainda não foi superado, sendo necessário continuar cobrando o Estado brasileiro a elucidação dos fatos e a punição à torturadores.

No processo de busca pelo corpo insepulto de Dinaelza Coqueiro, são determinantes a memória familiar e a memória política. A família é marcada por uma situação singular provocada pela dor, sofrimento e angústia, só compreensíveis a quem viveu e partilhou das circunstâncias de ter um ente desaparecido no contexto do regime militar. Obviamente, do ponto de vista da arqueologia, o corpo permanecerá sempre insepulto, visto que não existem condições materiais para que seja recuperado. O que ainda poderá ser encontrado e se busca

para sepultamento são os despojos. Assim, o corpo de Diná permanecerá, como as suas ideias, imortal. Isso graças à relação entre o vivo e o morto estabelecida nessa família. Os familiares, apesar da ausência, não deixaram que ela fosse esquecida, mantendo com ela uma relação de dependência provocada pela situação de morte continuada, de luto inconcluso.

O conhecimento da temática, na sociedade brasileira, ainda hoje, parece restrito a setores da sociedade engajados na luta política, a círculos acadêmicos ou intelectuais, ou mesmo aos coletivos das vítimas da ditadura militar e a seus parentes. A educação, de modo geral, e a educação escolar, em particular, têm deixado lacunas quanto ao conhecimento da violência impetrada pela repressão nesse período da história do país. Para extirpar do passado recente esse obscurantismo, é necessário trazer à tona a verdade dos fatos ocorridos e, para isso, abrir os arquivos dos militares, julgar os responsáveis pelos crimes e lhes administrar a pena condizente com o delito. Além disso, também é imperativa a adoção de políticas de memória que massifiquem o conhecimento dos fatos ocorridos.

Estamos cientes de que não esgotamos, sob nenhum aspecto, as possibilidades de análise e de diferentes abordagens para o nosso objeto de estudo, ainda que sejam utilizadas as mesmas fontes de pesquisa. Finalizamos o presente trabalho com diversas inquietações, que, certamente, merecem a nossa atenção e nos propiciarão continuar pesquisando essa temática. Almejamos também que o nosso trabalho possa despertar em outros pesquisadores o desejo de investigar a temática e que se constitua em uma contribuição para essas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014a. v. 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRITO, Antônio Mauricio F. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 2008. 243 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

BRITO, Antônio Mauricio F. **Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2003.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. “**Para não dizer que não falei das flores**”: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinãs do Araguaia**: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar. 216 fl. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2020.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória**: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CAMPELO, Lilian. Camponeses e ex-militares apontam locais de sepultamento de desaparecidos do Araguaia. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do Mundo. Marabá, PA, 05 dez. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/05/camponeses-e-ex-militares-apontam-locais-de-sepultamento-de-desaparecidos-do-araguaia/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

DIAS, Jose A. **A subversão da ordem**: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, 1964-1968. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2001.

FERREIRA, E.F.X. **Mulheres militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Muniz. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. **site fundação Joaquim Nabuco**. Acessado em, v. 15, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas [1]. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p.5-74, 2017.

FLÔRES, Fernanda Lédo. **Na Mira da Repressão**: Militância política e escrita jornalística em Ana Montenegro (1947-1983). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FUSTINONI, Chiara F. da S. **O luto nos familiares dos “desaparecidos” políticos da Ditadura militar**: a paralisação melancólica e os movimentos de elaboração. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, PR, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. **Do Corpo Insepulto à Luta por Memória, Verdade e Justiça**: Um estudo do caso Dinaelza Coqueiro. 2019. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

MAZZ, José Maria Lopez. Um olhar arqueológico sobre a repressão política no Uruguai (1971-85). In: FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos (org.). **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p.151-181.

MIRANDA, Dilma Santana. Dinaelza Santana Coqueiro. Entrevista cedida a Gilneide de Oliveira Padre Lima. **Projeto de Doutorado**, Vitória da Conquista, BA, 06 de março de 2016.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração, 2011.

OCHOA, Mauricio Menjívar. Los estudios sobre la memoria y los usos del pasado: perspectivas teóricas y metodológicas. In: OCHOA, Mauricio Menjívar; ARGUETA, Ricardo Antonio; MUÑOZ, Edgar Solano. História y memoria: perspectivas teóricas y metodológicas. **Cuaderno de Ciências Sociais**, Costa Rica: FLACSO, v. 135, p.9-26, 2005.

PADRE, Gilneide. **Do Corpo Insepulto à Luta por Memória, Verdade e Justiça**: Um estudo do caso Dinaelza Coqueiro. Curitiba:CRV, 2020.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

SANTOS, Andréa Cristiana. **Memórias da resistência**: perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na Guerrilha do Araguaia. 2001. Trabalho de Conclusão do Curso (TCC em Comunicação Social – Jornalismo) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, BA, 2001.

SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre amigos**: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, BA, 2004.

PINHEIRO, C. C. **Estar com ele, estar com ela**: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito, Salvador anos de 1970. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Allana Letticia dos. **Ditaduras em perspectivas**: casos de militância das mulheres em Salvador (Brasil), Coimbra, Lisboa e Porto (Portugal) (1964-1975). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

SILVA, Daniela Rodrigues da. **Mulheres nas lutas de resistência à ditadura empresarial – militar na Bahia**: dos estudos acadêmicos à produção de materiais didáticos. 140f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação do

Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2021.

SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado**: a atuação do Serviço de Informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979). Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social. UFBA/FFCH, 2020.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. “**Ousar lutar, ousar vencer**”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013.

SOUZA, Silvana Oliveira. **Mulher e Política**: Amábíla Almeida, uma feminista baiana nos redutos de poder (1929-1990). 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

NOTAS

ⁱEntrega do relatório foi noticiada pelo site G1 em 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-da-bahia-quer-achar-paradeiro-de-32-desaparecidos.html> acesso em 23 abr. 2024.

ⁱⁱ Apesar da matéria não destacar o interior da Bahia, compreendemos a importância de pensar seus impactos nos diferentes espaços, ainda que entendamos que a capital Salvador era muito mais visada pelos órgãos de repressão. Ver: <https://www.comunicacao.ba.gov.br/2014/11/noticias/direitos-humanos/comissao-estadual-da-verdade-divulga-mapa-da-repressao-e-da-resistencia-durante-a-ditadura/> acesso em 29 jan. 2024.

ⁱⁱⁱO Ato Institucional pode ser acessado na íntegra no site do Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm acesso em 17 abr. 2024 acesso às 13:12.

^{iv} Passou a ser Dinaelza Santana Coqueiro após o seu casamento com Vandick Reidner Pereira Coqueiro em 1969. Ver: LIMA (2019); CAVALCANTI JUNIOR (2020).

^v Empresa aérea brasileira criada em 1955, que passou a ser denominada Transbrasil S.A. Linhas aéreas em 1972. Disponível em: <http://www.aviacao brasil.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2017.

^{vi} Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió como ficou conhecido, foi um dos militares responsáveis pela repressão à Guerrilha do Araguaia. Durante o período, integrou o Centro de Informações do Exército (CIE) e foi agente do Serviço Nacional de Informações (SNI).

^{vii} Deveria ainda compor o destacamento B, Ryoko Kayano, contudo, ela foi presa a caminho (MORAIS e SILVA, 2005).

^{viii} Em 2023 publicamos o artigo “As Dinas do Araguaia”: trajetórias, idealismos e protagonismos contra a ditadura militar (1966-74) na revista Caminhos da história, onde realizamos uma reflexão sobre a trajetória de Dinaelza e Dinalva. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/6765> Acesso em 2 mai. 2024.

^{ix} Disponível em: www.brasildefato.com.br/2016/12/05/camponeses-e-ex-militares-apontam-locais-de-sepultamento-de-desaparecidos-do-araguaia/. Acesso em: 06 jun. 2017.